

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2017 e 31/12/2016
BALANÇO PATRIMONIAL
ATIVO

Em Reais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	347.556.477,41	269.933.314,09
Disponibilidades	3.817.794,43	1.876.978,30
Disponibilidades	3.817.794,43	1.876.978,30
Títulos e Valores Mobiliários	81.317,36	112.032.793,02
Títulos de Renda Fixa	81.317,36	97.588.771,29
Vinculado a Prestação de Garantias	-	14.444.021,73
Relações Interfinanceiras	171.835.326,60	27.871.930,88
Correspondentes no País	20,00	-
Centralização Financeira - Cooperativas	171.835.306,60	27.871.930,88
Operações de Crédito	168.189.017,30	127.089.532,93
Operações de Crédito	177.965.349,42	133.225.590,17
(-) Provisão Operações Crédito Liq. Duvidosa	(9.776.332,12)	(6.136.057,24)
Outros Créditos	1.642.308,72	901.778,96
Rendas a Receber	1.053.734,67	487.219,81
Avais e Fianças Honrados	162.659,53	197.575,43
Diversos	759.320,63	515.205,81
(-) Provisão Outros Crédito Liq. Duvidosa	(333.406,11)	(298.222,09)
Outros Valores e Bens	1.990.713,00	160.300,00
Outros Valores e Bens	1.990.713,00	160.300,00
Não Circulante	52.437.101,52	35.694.170,50
Realizável a Longo Prazo	32.910.678,30	21.353.081,97
Títulos e Valores Mobiliários	-	65.147,96
Vinculado a Prestação de Garantias	-	65.147,96
Operações de Crédito	32.910.678,30	21.287.934,01
Operações de Crédito	32.910.678,30	21.287.934,01
Investimentos	9.015.144,27	7.147.649,28
No País	1.675.231,64	1.401.650,09
Outros Investimentos	7.339.912,63	5.745.999,19
Imobilizações em Curso	4.370.000,00	1.045.000,00
Imóveis	4.370.000,00	1.045.000,00
Imobilizado de Uso	6.123.325,07	6.131.389,37
Imóveis de uso	3.407.204,64	4.407.204,64
Outras Imobilizações de Uso	5.435.734,74	3.837.000,37
(-) Depreciações Acumuladas	(2.719.614,31)	(2.112.815,64)
Diferido	-	890,80
Gastos de Organização e Expansão	-	117.033,42
(-) Amortização Acumulada	-	(116.142,62)
Intangível	17.953,88	16.159,08
Direitos de Uso	26.238,79	16.213,27
(-) Amortização Acumulada	(8.284,91)	(54,19)
Total do Ativo:	399.993.578,93	305.627.484,59

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2017 e 31/12/2016**BALANÇO PATRIMONIAL****P A S S I V O**

Descrição	Em Reais	
	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	340.212.484,92	257.828.798,88
Depósitos	255.318.258,11	196.553.712,49
Depósitos a Vista	54.936.494,66	37.736.031,65
Depósitos a Prazo	200.381.763,45	158.817.680,84
Relações Interfinanceiras	32.558.542,26	43.244.185,52
Repases Interfinanceiros	32.558.542,26	43.244.185,52
Relações Interdependências	276.700,00	-
Recursos em Trânsito	276.700,00	-
Obrigações Por Empréstimos	39.708.648,63	8.589.195,18
Empréstimos no País - Outras Instituições	39.708.648,63	8.589.195,18
Outras Obrigações	12.350.335,92	9.441.705,69
Cobrança e Arrecadação De Trib. e Assemelhados	78.572,95	28.677,23
Sociais e Estatutárias	3.114.012,02	2.435.020,56
Fiscais e Previdenciárias	451.970,50	365.228,96
Diversas	8.705.780,45	6.612.778,94
Não Circulante	106.220,40	139.418,61
Exigível a Longo Prazo	106.220,40	139.418,61
Relações Interfinanceiras	106.220,40	139.418,61
Repases Interfinanceiros	106.220,40	139.418,61
Patrimônio Líquido	59.674.873,61	47.659.267,10
Capital Social	31.247.856,12	26.278.955,55
Capital de Domiciliados	31.250.346,62	26.281.916,10
(Capital a Realizar)	-2.490,50	-2.960,55
Reserva de Sobras	24.009.183,44	17.934.661,64
Reserva Legal	22.346.247,95	16.823.955,40
Outras	1.662.935,49	1.110.706,24
Sobras a Disposição da Assembleia	4.417.834,05	3.445.649,91
Sobras Disposição da Assembleia	4.417.834,05	3.445.649,91
Total do Passivo:	399.993.578,93	305.627.484,59

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2017 e 31/12/2016

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Descrição	Em Reais		
	2º Semestre 2017	31/12/2017	31/12/2016
1. Receitas de Intermediação Financeira	20.790.062,26	42.707.360,87	50.867.557,16
(+) Rendas Operações de Crédito	20.772.827,98	40.514.112,10	33.566.991,22
(+) Resultado Operações Títulos Valores Mobiliários	17.234,28	2.193.248,77	17.300.565,94
(+) Ingressos de Depósitos Intercooperativos	-	-	-
(+) Resultado Aplicações Compulsórias	-	-	-
2. Despesas de Intermediação Financeira	(14.037.616,11)	(26.436.162,94)	(29.236.188,70)
(-) Operações de Captação no Mercado	(8.049.879,75)	(17.154.944,86)	(19.239.682,35)
(-) Operações de Empréstimo e Repasse	(2.162.257,60)	(4.113.348,09)	(2.887.277,97)
(-) Provisão de Credito de liquidação Duvidosa	(3.825.478,76)	(5.167.869,99)	(7.109.228,38)
3. Resultado Bruto da Intermediação Financ (1+2)	6.752.446,15	16.271.197,93	21.631.368,46
4. Outras Receitas / Despesas Operacionais	(1.275.965,05)	(4.634.047,45)	(12.265.221,82)
(+) Receitas de Prestação de Serviços	1.499.286,87	2.762.537,98	1.951.832,82
(+) Rendas de Tarifas Bancárias	2.335.786,68	4.496.075,71	3.086.325,23
(+) Resultado em Participação Coligadas e Controladas	-	208.437,14	148.195,44
(+) Outras Receitas Operacionais	8.595.479,41	16.298.341,85	1.569.284,04
(-) Despesas de Pessoal	(7.705.378,76)	(13.663.177,97)	(10.728.734,27)
(-) Outras Despesas Administrativas	(5.322.414,85)	(11.430.999,81)	(7.345.998,86)
(-) Despesas Tributárias	(207.500,68)	(372.292,90)	(270.783,46)
(-) Outras Despesas Operacionais	(471.223,72)	(2.932.969,45)	(675.342,76)
5. Resultado Operacional (3+4)	5.476.481,10	11.637.150,48	9.366.146,64
6. Outros Resultados	(130.088,99)	(18.796,42)	23.502,72
7. Resultado Antes da Tributação S/ Lucro (5+6)	5.346.392,11	11.618.354,06	9.389.649,36
Resultado com Associados	5.346.392,11	10.628.669,12	8.614.124,79
Resultado com Não Associados	-	989.684,94	775.524,57
Outros Resultados	-	-	-
8. Imposto De Renda e Contribuição Social	(184.619,70)	(433.664,58)	(316.520,45)
Provisão para Imposto de Renda	(110.245,68)	(257.100,44)	(188.041,43)
Provisão para Contribuição Social	(74.374,02)	(76.564,14)	(128.479,02)
9. Resultado Depois Trib. S/Lucro (7+8)	5.161.772,41	11.184.689,48	9.073.128,91
(+) Realização do FATES	-	415.915,98	-
10. Sobras do Período	5.161.772,41	11.600.605,46	9.073.128,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2017 e 31/12/2016
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

Eventos	Capital Social	Reservas		Sobras a Disposição da AGO	Total
		Legal	Fundo de Estabilidade		
SALDO EM 31/12/2015	23.718.475,62	12.516.893,01	680.000,00	1.391.292,65	38.306.661,28
MUTAÇÕES EM 2016	2.560.479,93	4.307.062,39	430.706,24	2.054.357,26	9.352.605,83
Integralização de Capital	2.036.436,92	-	-	-	2.036.436,92
Devolução de Capital	-867.249,64	-	-	-	-867.249,64
Incorporação das Sobras	1.391.292,65	-	-	-1.391.292,65	-
Resultado Cooperado	-	-	-	8.614.124,79	8.614.124,79
Resultado Não Cooperado	-	-	-	459.004,12	459.004,12
Destinações	-	4.307.062,39	430.706,24	-4.737.768,63	-
Fates Ato Não Cooperado	-	-	-	-459.004,13	-459.004,13
Fates Ato Cooperado	-	-	-	-430.706,24	-430.706,24
SALDO EM 31/12/2016	26.278.955,55	16.823.955,40	1.110.706,24	3.445.649,91	47.659.267,10
MUTAÇÕES EM 2017	4.968.900,57	5.522.292,55	552.229,25	972.184,14	12.015.606,52
Integralização de Capital	2.534.522,16	-	-	-	5.980.172,07
Devolução de Capital	-1.011.271,50	-	-	-	-1.011.271,50
Incorporação das Sobras	3.445.649,91	-	-	-3.445.649,91	-3.445.649,91
Distribuição de Sobras	-	-	-	-	-
Resultado Cooperado	-	-	-	10.628.669,13	10.628.669,13
Resultado Não Cooperado	-	-	-	556.020,35	556.020,36
Destinações	-	5.522.292,55	552.229,25	-6.074.521,80	-
Fates Ato Não Cooperado	-	-	-	-556.020,36	-556.020,36
Fates Ato Cooperado	-	-	-	-552.229,25	-552.229,25
Absorção Disp. com FATES	-	-	-	415.915,98	415.915,98
SALDO EM 31/12/2017	31.247.856,12	22.346.247,95	1.662.935,49	4.417.834,05	59.674.873,62

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2017 e 31/12/2016
DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

Em Reais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação e	11.618.354,06	9.389.649,36
Resultado do Exercício	11.618.354,06	9.389.649,36
2 - Ajuste Por	65.222,19	145.477,59
Depreciação / Amortização	498.886,77	461.998,04
Tributação do Resultado Antes da Destinação das Reservas	-433.664,58	-316.520,45
3 - Variações de ativos e passivos	34.147.493,91	50.015.255,61
(Aumento) ou Diminuição dos Títulos e Valores Mobiliários	7.090.177,49	12.011.885,54
(Aumento) ou Diminuição das Operações de Crédito	-52.722.228,66	-13.436.676,49
(Aumento) ou Diminuição das Outros Créditos	-740.529,76	-755.377,90
(Aumento) ou Diminuição dos Outros Valores e Bens	-1.830.413,00	-125.389,94
(Diminuição) ou Aumento em Depósitos	58.764.545,62	46.108.893,72
(Diminuição) ou Aumento em Relações Interdependentes	276.700,00	0
(Diminuição) ou Aumento em Outras Obrigações	2.908.630,24	-3.788,21
(Diminuição) ou Aumento em Repasses Interfinanceiros	-10.718.841,47	8.106.372,48
(Diminuição) ou Aumento em Obrigações Por Empréstimos	31.119.453,45	-1.890.663,59
4 - Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais (1+2+3)	45.831.070,16	59.550.382,56
5 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-5.684.221,47	-2.169.297,03
Investimentos	-1.867.494,99	-1.003.099,06
Ativo Imobilizado / Diferido	-3.816.726,48	-1.166.197,97
6 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	830.917,03	279.476,92
Integralização de Capital	2.534.522,16	2.036.436,92
Devolução de Capital	-1.011.271,50	-867.249,64
Fates	-552.229,25	-430.706,24
Fates Não Associados	-556.020,36	-459.004,12
Utilização do Fates	415.915,98	-
7 - Variação no Caixa (4+5+6)	40.977.765,72	57.660.562,45
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	40.977.765,72	57.660.562,45
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	134.675.355,31	77.014.792,86
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	175.653.121,03	134.675.355,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31/12/2017 e 31/12/2016****1. Contexto Operacional**

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO CANOINHAS - SICOOB CREDICANOINHAS/SC**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **08/05/1985**, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/2010, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** possui **18** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **CANOINHAS - SC, BELA VISTA DO TOLDO - SC, IRINEÓPOLIS - SC, PORTO UNIÃO - SC, TRÊS BARRAS - SC, SÃO MATEUS DO SUL - PR, UNIÃO DA VITÓRIA - PR, CRUZ MACHADO - PR, SÃO JOÃO DO TRIUNFO - PR, PAULO FRONTIN - PR, MALLETT - PR, ANTÔNIO OLINTO - PR, PAULA FREITAS - PR, PALMEIRA - PR, ARAQUARI - SC, RIO AZUL - PR**

O **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pela administração em 22/01/2017.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos -

Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 4.524/16; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subseqüente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 27 - Ativo Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/16; CPC 33 - Benefícios a Empregados CMN nº 4.424/15; Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - Resolução CMN nº 4.144/12.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

m) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183 . O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

o) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

Em **31 de Dezembro de 2017** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de Dezembro de 2017**

4. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de Dezembro de 2017 e 2016**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Título De Renda Fixa	-	97.588.771,29
TOTAL	-	97.588.771,29

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente, 101% do CDI.

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de **2017 e 2016**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Correspondentes No País	20,00	-
Centralização Financeira - Cooperativas	171.835.306,60	27.871.930,88
TOTAL	171.835.326,60	27.871.930,88

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	396.893,91	-	396.893,91	343.222,35
Empréstimos	74.029.761,22	28.617.323,53	102.647.083,30	75.978.585,52
Títulos Descontados	20.001.673,55	-	20.001.673,55	17.138.778,78
Financiamentos	5.127.541,90	4.109.793,04	9.237.334,94	5.752.927,00
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	78.400.008,50	193.032,07	78.593.040,57	55.300.010,53
(-) Provisões para Operações de Crédito	7.860.360,20	1.915.970,47	9.776.330,67	6.136.055,84
TOTAL	170.095.518,88	31.004.178,17	201.099.695,60	148.377.468,34

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA - Normal	1.599.597,43	0,00	0,00	0,00	1.599.597,43		4.798.645,75	
A 0,5% Normal	57.952.682,63	465.044,75	3.759.694,82	24.337.324,32	86.514.746,52	432.573,73	69.396.937,43	346.984,69
B 1% Normal	35.334.254,60	2.154.258,49	3.280.850,30	51.675.220,95	92.444.584,34	924.445,84	59.717.242,57	597.172,43
B 1% Vencidas	1.122.016,49	26.874,03	107.141,70	0,00	1.256.032,22	12.560,32	789.029,77	7.890,30
C 3% Normal	10.211.061,32	1.373.687,95	1.694.616,20	2.346.713,59	15.626.079,06	468.782,37	9.021.983,57	270.659,51
C 3% Vencidas	564.111,31	13.810,15	118.123,56	0,00	696.045,02	20.881,35	1.516.192,03	45.485,76
D 10% Normal	2.897.271,40	257.880,81	51.812,74	55.437,22	3.262.402,17	326.240,22	1.958.710,54	195.871,05
D 10% Vencidas	552.567,18	14.333,50	64.178,77	0,00	631.079,45	63.107,95	880.792,70	88.079,27
E 30% Normal	133.276,55	32.463,12	720,69	4.478,40	170.938,76	51.281,63	393.181,17	117.954,35
E 30% Vencidas	291.712,60	5.915,02	48.613,13	0,00	346.240,75	103.872,22	1.536.227,39	460.868,22
F 50% Normal	134.069,32	41.844,86	21.101,19	0,00	197.015,37	98.507,69	282.733,12	141.366,56
F 50% Vencidas	378.479,97	11.777,68	16.642,42	0,00	406.900,07	203.450,03	499.986,42	249.993,21
G 70% Normal	277.786,16	7.005,58	0,00	0,00	284.791,74	199.354,22	148.646,07	104.052,25
G 70% Vencidas	1.891.341,38	2.997,70	0,00	0,00	1.894.339,08	1.326.037,36	211.791,33	148.253,93
H 100% Normal	777.551,95	77.444,04	0,00	2.184,55	857.180,54	857.180,54	1.163.386,28	1.163.386,28
H 100% Vencidas	4.337.005,86	105.528,38	73.839,42	171.681,54	4.688.055,20	4.688.055,20	2.198.038,04	2.198.038,04
Total Normal	109.317.551,36	4.409.629,60	8.808.795,94	78.421.359,03	200.957.335,93	3.358.366,24	146.881.466,50	2.937.447,12
Total Vencidos	9.137.234,79	181.236,46	428.539,00	171.681,54	9.918.691,79	6.417.964,43	7.632.057,68	3.198.608,73
Total Geral	118.454.786,15	4.590.866,06	9.237.334,94	78.593.040,57	210.876.027,72	9.776.330,67	154.513.524,18	6.136.055,85
Provisões	8.339.283,64	321.282,35	226.171,11	889.593,57	9.776.330,67		6.136.055,84	
Total Líquido	110.115.502,51	4.269.583,71	9.011.163,83	77.703.447,00	201.099.695,60		148.377.468,34	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adto Depositantes/ Ch Especial/Cto Garantida				4.590.866,06
Empréstimos	23.722.050,90	46.113.738,17	28.617.323,53	98.453.112,60
Títulos Descontados	18.757.839,27	1.243.834,28		20.001.673,55
Financiamentos	1.632.753,65	3.494.788,25	4.109.793,04	9.237.334,94
Financiamentos Rurais	8.289.076,08	70.110.932,42	193.032,07	78.593.040,57
TOTAL	52.401.719,90	120.963.293,12	32.920.148,64	210.876.027,72

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	873.218,83	12.120.583,71	6.982.761,24	4.058.984,00	24.035.547,78	11%
Setor Privado - Indústria	423.277,10	4.183.291,06	1.364.850,84	689.706,57	6.661.125,57	3%
Setor Privado - Serviços	2.003.784,94	43.114.959,41	8.859.955,13	0,00	53.978.699,48	26%
Pessoa Física	1.177.893,20	47.572.758,17	2.335.930,59	73.844.350,00	124.930.931,96	59%
Outros	112.691,99	698.855,19	458.175,75	0,00	1.269.722,93	1%
TOTAL	4.590.866,06	107.690.447,54	20.001.673,55	78.593.040,57	210.876.027,72	100%

e) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	20.597.716,03	13.237.691,67
Valor das operações transferidas no período	885.711,38	8.450.002,45
Valor das operações recuperadas no período	1.007.199,28	-1.089.978,09
TOTAL	22.490.626,69	20.597.716,03

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Avais E Fianças Honrados	162.659,53	197.575,43
Rendas A Receber (a)	1.053.734,67	487.219,81
Diversos	759.320,63	515.205,81
(-) Provisões Para Outros Creditos	(333.406,11)	(298.222,09)
TOTAL	1.642.308,72	901.778,96

a) Refere-se substancialmente, R\$ 1.007.048,20, a rendas a receber da centralização financeira.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bens Não de Uso Próprio	1.988.300,00	160.300,00
Material em Estoque	2.413,00	-
TOTAL	1.990.713,00	160.300,00

a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em cooperativa central de crédito	7.339.912,63	5.745.999,19
Participações inst financ controlada coop crédito	1.675.231,64	1.401.650,09
TOTAL	9.015.144,27	7.147.649,28

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	4.370.000,00	1.045.000,00	
Terrenos	2.195.739,99	2.195.739,99	
Edificações	1.211.464,65	2.211.464,65	4%
Móveis e equipamentos de Uso	1.844.691,31	1.200.953,76	10%
Sistema de Comunicação	220.047,67	167.267,97	20%
Sistema de Processamento de Dados	2.188.078,58	1.594.188,72	20%
Sistema de Segurança	526.594,21	428.018,12	10%
Sistema de Transporte	656.322,97	446.571,80	20%
(-) Total Depreciação Acumulada	(2.719.614,31)	(2.112.815,64)	
TOTAL	10.493.325,07	7.176.389,37	

a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

11. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	54.936.494,66	37.736.031,65
Depósito Sob Aviso	-	10.421,02
Depósito a Prazo	200.381.763,45	158.807.259,82
TOTAL	255.318.258,11	196.553.712,49

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

13. Relações Interfinanceiras

(a) Obrigações por empréstimos e repasses

Instituições	31/12/2017	31/12/2016
COOPERATIVA CENTRAL	39.708.648,63	8.589.195,18
REPASSES INTERFINANCEIROS	32.623.194,14	43.381.371,88
TOTAL	72.331.842,77	51.970.567,06

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

14. Outras Obrigações

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado De Atos Com Associados (a)	567.038,32	430.725,05
Resultado De Atos Com Não Associados (a)	2.442.490,74	1.886.470,38
Cotas De Capital A Pagar (b)	104.482,96	117.825,13
TOTAL	3.114.012,02	2.435.020,56

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos E Contribuições Sobre Lucros A Pagar	31.356,36	37.287,81
Impostos e contribuições a recolher	420.614,14	327.941,15
TOTAL	451.970,50	365.228,96

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cheques Administrativos	-	834.619,47
Obrigações Por Prestação De Serviços De Pagamento (a)	941.642,30	600.630,81
Provisão Para Pagamentos A Efetuar (a)	2.718.874,01	1.995.657,49
Provisão Para Passivos Contingentes (b) (c)	4.402.911,62	2.947.806,27
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas	297.383,44	-
Recursos Vinculados A Operações De Crédito	76.128,73	66.684,08
Credores Diversos – País	268.840,35	167.380,81
TOTAL	8.705.780,45	6.612.778,93

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal, administrativas e outros pagamentos.

(b) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para interposição de recursos trabalhistas	230.000,00	18.519,26	230.000,00	18.516,26

(c) O Conselho de administração deliberou, em 13 de julho de 2017, pela constituição de provisão relativa à passivos contingentes, no que diz respeito da carteira de financiamentos rurais e agroindustriais no percentual entre 10% a 20% do total da carteira, resguardando-se assim à possíveis problemas climáticos futuros (excesso ou falta de chuvas, granizos, ventos).

Descrição	31/12/2017
Outras Contingências	4.172.911,62

15. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2016, a cooperativa é responsável e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$: 27.968.109,93, referente a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

16. Contingências Passivas

Na avaliação das obrigações da possibilidade de perda dos casos, classificamos, com base na posição fornecida pelo setor jurídico da entidade, em possíveis ou remotas.

Perdas prováveis são reconhecidas na contabilidade quando são extremamente duvidosas que a empresa venha ter êxito em anular a obrigação.

Perdas possíveis são divulgadas em notas explicativas quando há possibilidade de ocorrer, entretanto os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDICANOINHAS**, dos processos judiciais em que figura como polo passivo, foram classificadas como perdas possíveis os processos conforme tabela a seguir:

Descrição	Possível
Processos trabalhistas	30.000,00
Processos cíveis	694.296,46

17. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

18. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	31.247.856,12	26.278.955,55
Associados	26.383	20.385

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F.

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 5% utilizada para suprir eventuais obrigações financeiras no caso de perdas de receitas.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2017, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de Dezembro de 2016**, no valor de R\$: 3.445.649,91 (três milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e nove reais e noventa e um centavos).

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2017	2016
01. Resultado Depois da Tributação Sobre Lucro	11.184.689,48	9.073.128,91
02. (+/-) Demais Resultados Abrangentes	415.915,98	-
(+) Realização do FATES	415.915,98	-
03. Resultado Abrangente do Período (1+2)	11.600.605,46	9.073.128,91
(-) Fates Resultado com Não Associados	(556.020,36)	(459.004,12)
(-) Fates Resultado com Associados	(552.229,25)	(430.706,24)
(-) Reserva Legal	(5.522.292,55)	(4.307.062,39)
(-) Fundo De Estabilidade Financeira FEF	(552.229,25)	(430.706,24)
Sobra à Disposição da Assembleia Geral	4.417.834,05	3.445.649,91

19. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2017	2016
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	735.663,01	561.357,78
Rendas De Empréstimos	26.179.816,34	21.494.834,40

Rendas de Títulos Descontados	5.411.677,01	5.112.137,49
Rendas De Financiamentos	1.892.340,17	1.799.452,54
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	592.981,18	512.257,55
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas E Refinanc	2.031.009,52	2.948.933,37
Rendas C/ Tit.Valores Mobil.E Instrumentos Financ.	2.193.248,77	17.300.565,94
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.007.199,28	1.138.018,09
TOTAL	40.043.935,28	50.867.557,16

20. Outros dispêndios/despesas operacionais

20.1 Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Despesas De Captação	(17.154.944,86)	(19.239.682,35)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(4.113.348,09)	(2.887.277,97)
Provisões para operações de crédito	(5.524.691,27)	(3.910.123,66)
TOTAL	(26.792.984,22)	(26.037.083,98)

21. Resultado não operacional

Descrição	2017	2016
Lucro Em Transações Com Valores De Bens	-	10.089,94
Outras Receitas Não Operacionais	161.827,78	172.038,43
Prejuízos Em Transações Com Valores E Bens	(128.048,03)	(72.735,33)
Outras Despesas Não Operacionais	(52.576,17)	(85.890,32)
Resultado Líquido	-18.796,42	23.502,72

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Operações ativas e passivas – saldo em **31/12/2017**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)
Cheque Especial	19,66	0,20
Crédito Rural	148.235,71	1.482,35
Empréstimo	268.333,48	1.341,66

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total
Depósitos a Vista	112.802,16	0,21%
Depósitos a Prazo	956.173,54	0,48%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	280.993,50
Empréstimos e Financiamentos	257.500,00

No exercício de 2017 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

Natureza da Operação de Crédito	2017	2016
Diretoria e Conselho de Administração	1.343.211,52	1.151.467,73

23. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO CANOINHAS - SICOOB CREDICANOINHAS/SC, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL SC/RS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL SC/RS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDICANOINHAS/SC responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL SC/RS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

O relatório de auditoria das demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL SC/RS de 31 de dezembro de 2017, foi emitido com data de 26 de janeiro de 2018, sem modificações.

24. Gerenciamento de Risco

24.1 Riscos de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB CREDICANOINHAS/SC SC** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, o **SICOOB CREDICANOINHAS/SC SC** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de *stress* e de aderência ao modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o **SICOOB CREDICANOINHAS/SC SC** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

24.2 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB CREDICANOINHAS/SC SC** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o **SICOOB CREDICANOINHAS/SC SC** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

24.3 Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB CREDICANOINHAS/SC SC** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o **SICOOB CREDICANOINHAS/SC SC** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB CREDICANOINHAS/SC SC** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

24.4 Gerenciamento de Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

25. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192/13, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2017.

FRANCISCO GRESELLE
Presidente

MARCIA MARIA KOHLER DE LIMA
Diretora Operacional

ELISON SELENKO
Contador CRC SC 035759/0-7